



A IMPORTÂNCIA DA EJA E O PAPEL DO PROFESSOR NESSA MODALIDADE DE ENSINO: O caso de uma turma do Eixo-B

Camila da Silva Andrade¹
Selma Maria da Silva Andrade²

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino importante na vida de muitos brasileiros, visto que para muitos alunos estudar é uma forma de inclusão no mercado de trabalho e com o sonho de ganhos melhores, podendo sair dos subempregos ou desemprego. Assim, o presente artigo objetivou identificar a importância do acesso a educação para indivíduos que não tiveram possibilidade de cursar na idade própria, compreender de que forma o professor pode potencializar e estimular a permanência e a participação dos alunos nas atividades de forma significativa e quais os desafios a serem superados no ambiente escolar permeado por diversos conflitos, indisciplina e evasão. Para encontrar os achados, utilizou da pesquisa aplicada, com uma abordagem qualitativa, através da observação de um estudo de caso em uma escola num bairro de Salvador, deste modo como resultado salientou também a necessidade da inclusão de aulas com atividades e metodologias diversificadas que permitam a participação, interação e a motivação dos alunos já que na sua grande maioria são trabalhadores que se deslocam para sala de aula após uma jornada de muitas horas de trabalho e chegam cansados, assim faz-se necessário que o docente esteja atento e ofereça aulas capazes de garantir a permanência discente no ambiente escolar.

Palavras-Chave: EJA, metodologias diversificadas, direitos, oportunidades.

¹ Graduanda em Matemática da UNIME-BA

² Profa orientadora: Mestre, Unopar



O presente artigo tem a finalidade de abordar uma temática indispensável e atual na área da educação, qual seja, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, descrevendo qual a sua importância e o papel do professor nessa forma de ensino, a partir do direito constitucional estabelecido na legislação vigente, através da Constituição Federal/88 e da Lei de Diretrizes Básicas da Educação/96, identificando os principais motivos da evasão na modalidade, bem como a importância do acesso a educação para indivíduos que não tiveram possibilidade de cursar o ensino na idade própria, além de compreender de que forma o professor pode potencializar e estimular a permanência e a participação dos alunos nas atividades de forma significativa, e quais os desafios a serem superados no ambiente escolar permeado por conflitos sociais, indisciplina, evasão e violência. O despertar do tema surge ao iniciarmos atividades em substituição a uma colega numa turma do eixo-B, num bairro periférico da cidade Salvador/BA no período compreendido no ano letivo de fevereiro a dezembro 2019, ao identificar a apatia dos alunos nas atividades propostas em sala de aula. É importante ressaltar a relevância de estudar esse tema, uma vez que essa modalidade de ensino pode transformar a vida social de uma pessoa, pois a partir do aprendizado, tornam-se cidadãos mais críticos e reflexivos, capazes de reescreverem sua própria história de vida, conscientes do seu papel numa sociedade tão complexa na qual somos chamados todo o tempo a ressignificar a realidade diária em que vivemos, Para tanto, quanto à natureza do estudo, foi utilizada a pesquisa aplicada que, conforme Thiollent (2009), “concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções”. No mesmo sentido, corroboram Fleury e Werlang (2007) ao dizerem que “pesquisa aplicada pode ser definida como atividades em que conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto”. Trata-se de uma metodologia qualitativa, através do método exploratório-descritivo, vez que esse tipo de pesquisa tem como alvo uma melhor compreensão do comportamento e da experiência humana procurando entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são os mesmos.



Para Marconi & Lakatos (2006), o processo participativo facilita a integração entre o pesquisador e o fenômeno pesquisado, permitindo maior interação com os integrantes do grupo, conseqüentemente, com melhor aproveitamento do aprendizado. Possibilita também o recebimento de informações das quais o pesquisador necessita, tendo a segurança de pertencer ao grupo, propiciando a livre comunicação e o questionamento do assunto em discussão, de maneira a fixar melhor o aprendizado do pesquisador.

O estudo de caso é caracterizado por um aprendizado de um determinado objeto, neste caso, de uma turma específica de estudantes da modalidade EJA, deste modo é uma forma que permite seu conhecimento amplo e detalhado, o que não seria possível mediante outros tipos de delineamentos considerados, como afirma Gil (2006). Já de acordo com Yin (1994), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre esse fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de

Ainda sobre a abordagem qualitativa, trata-se de uma pesquisa que, ao invés de tentar mensurar seu tema, como se faria em uma perspectiva quantitativa, procurará analisá-lo em sua relação com a realidade. Para GIL (2008), este tipo de abordagem “é capaz de interpretar e verificar os fenômenos, atribuindo-lhes significados, tem um caráter subjetivo e experimental, capaz de fazer com que o pesquisador pense e descreva livremente sobre uma temática.” É descritiva, pois nos dizeres de Gil (2008), pode ser definida como aquela que descreve um fenômeno ou objeto de estudo estabelecendo relações entre seus elementos, ou seja, aborda e aponta as características de um determinado fenômeno e como instrumento de coleta de dados foi utilizada a técnica de observação.

A Constituição Federal/88 no seu artigo 208 define que o direito à educação “será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”, no que se refere especificamente a modalidade de ensino para Educação de Jovens e Adultos a Lei de Diretrizes Básicas/96 estabelece que a “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na



idade própria”. Considerando que trata-se de um direito universal citamos ainda Organização das Nações Unidas que na sua Declaração Universal dos Direitos do Homem/48 legitima e garante a educação a todos os indivíduos.

Nesse contexto legal, pode-se identificar que é um direito fundamental e universal do educando, visto que ai está incluso o seu desenvolvimento individual. Desta forma cabe aos governos no âmbito das três esferas (federal, estadual e municipal) estabelecerem políticas públicas educacionais que garantam o acesso à educação de forma qualificada, além disso a lei ressalta que também é um dever da família assegurar o ensino, devendo esta, requerer, incentivar e contribuir para efetivação desse direito de forma prioritária.

Deste modo e a partir da legislação vigente estabelecida pelo Ministério da Educação foram normatizados os ciclos para organizar o processo de ensino aprendizagem dos alunos, desde a primeira etapa com a educação infantil (creches e pré-escolas), sequencialmente passando para o ensino fundamental I e II regulamentado através da Lei nº 11.274/2006 passando a ter nove anos de duração e atendendo a faixa etária de 6 a 14 anos. Como ciclo final da educação básica, tem-se o nível médio com duração de três anos, que além de fortalecer e ampliar os saberes obtidos nessa jornada desde o início da infância, também tem a finalidade de preparar os jovens para o mercado de trabalho e a vida produtiva. Isto posto, surge a Educação de Jovens de Adultos que destina-se àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Conforme Silva, Queiroz e Monteiro (2013) ao tratar especificamente da educação de Jovens e Adultos diz que:

“A educação de Jovens e Adultos apresenta-se como uma modalidade de ensino que foi criada pela grande necessidade de oferecer uma chance a mais na vida de pessoas que por algum motivo não tiveram acesso ao estudo, principalmente ao ensino fundamental. Sua tarefa é estimular jovens e adultos lhes proporcionando acesso à sala de aula”.

Diante do exposto, verifica-se que a educação de Jovens e Adultos pode ser um instrumento capaz de reduzir o fosso da desigualdade social minimizando os impactos da pobreza, considerando que ao alfabetizar uma pessoa, expandem-se as chances de inserção no mercado, possibilitando o acesso no mundo do trabalho em oportunidades melhores, além disso, contribui para a formação de um cidadão capaz de participar de forma mais crítica e reflexiva da sociedade, contribuindo para diminuição do desequilíbrio social e melhoria do seu *locus social*.



Nesse cenário, cabe ao professor da modalidade da EJA superar diversos desafios, pois além do ato de ensinar, este deve conduzir os educandos a reflexão, nesse sentido não podemos deixar de citar FREIRE (1982) que nos apresenta a educação como forma de promoção a liberdade e da cidadania do indivíduo, sendo este capaz de mudar a sua história e seu ambiente natural de convivência social, conseqüentemente mudando a sua realidade e do seu entorno.

Para tanto, os professores enfrentam desafios permanentes e diários em sala de aula, uma vez que os alunos que optam por essa modalidade necessitam de metodologias que atendam a sua necessidade de aprendizado, não podendo ser uma aula meramente expositiva e dialógica, é importante apresentar uma metodologia que além de fomentar a qualidade do ensino, estimule a participação e a interação em sala, sabemos que muitos deles trabalham durante o dia, sofrem a pressão do mercado e vivenciam a violência cotidiana nos bairros que residem, além de enfrentarem diversos problemas familiares. Normalmente são alunos e também são trabalhadores que estão todo tempo procurando melhorar sua qualidade de vida, que na maioria das vezes está relacionado à falta de estudo, ao subemprego ou a falta dele e dos baixos salários, o que certamente comprometem a sua educação.

Assim, uma das possibilidades para dinamizar a aula do Eixo B, foi além buscar o conhecimento prévio dos estudantes sobre o assunto a ser discutido, sendo possível ao professor utilizar o conceito da andragogia que nada mais é conforme Malcom Knowles (1970), a capacidade que o indivíduo adulto tem de assimilar as experiências vivenciadas ao longo da sua história de vida com o conhecimento apresentado pelo professor sendo capaz de compreender a sua aplicação na vida cotidiana, ou seja, é a possibilidade de ensinar adultos, através do seu dia a dia desenvolvendo competências que façam sentido, dessa forma optamos pela realização de todas as atividades na sala de vídeo da escola, permitiu-se assim que ao assistirem trechos de filmes e vídeos pudessem fazer discussões mais significativas, internalizando de maneira mais efetiva os conteúdos apresentados e muitas vezes podiam contextualizar os temas abordados nas aulas propiciando momentos de reflexão e participação dos estudantes garantindo um aprendizado de múltiplas formas, diversificando a metodologia e tendo ganhos na participação ativa dos alunos produzindo aprendizado significativo e contribuindo para a formação de um indivíduo mais consciente, crítico e reflexivo. Inserimos também a proposta de utilização de figuras para que pudessem criar conexões entre as



imagens e suas crenças, valores e hábitos e assim, fomos durante as unidades disponibilizando informações em mídias diferentes estimulando-os a ajustar-se ao processo de ensino aprendizagem retirando-os de uma zona de conforto que com apenas a realização de leituras e aula expositiva.

Nesse sentido, avaliamos que foi possível ter um numero maior de alunos em sala de aula promovendo ainda que uma mínima redução no índice de evasão escolar, conforme cita Arroyo (2006) referente a essa questão, trata-se de um obstáculo a ser vencido diariamente, pois esse público específico nos impõe a necessidade de conhecer a diversidade existente em sala, para deste modo estimular o conhecimento e a permanência dos discentes até o final do ano letivo, o que pode-se dizer não é uma incumbência simples, pois para o autor não se trata apenas de olhar como os jovens e adultos que trazem consigo carências escolares, e que foram excluídos ou evadidos do sistema educacional, antes chama o docente a responsabilização para ofertar uma segunda oportunidade, estimulando a permanência destes minimizando assim a evasão escolar.

Nesse sentido conforme Griffante; Bertotti; Silva (2013) apresentam-se como principais desafios da evasão escolar o desrespeito e o cansaço físico, além da “falta de meios e recursos necessários, diferentes faixas etárias, trabalhar a diversidade, contexto social e a falta de interesse e participação por parte dos alunos” ao aprofundar um pouco mais o assunto percebe-se a importância do professor e da escola desenvolverem de forma conjunta estratégias de ensino para enfrentamento da realidade da evasão, violência e indisciplina. Pois, para além deste cenário em sala de aula algumas ações podem ser implementadas de forma coletiva pela escola tais como: feiras, palestras, gincanas, atividades esportivas, culturais e sociais ampliando assim a relação com a comunidade e também como forma de manter o aluno vinculado a unidade escolar, ou seja, o professor para tentar superar os desafios apontados também contará com ações desenvolvidas pelos atores envolvidos na educação destes jovens.

Deste modo verificamos que com a inserção de aulas mais estimuladoras, criativas e participativas foi possível a essas educadoras acrescentar atividades de interação, com a utilização de jogos, teatralização, rodas de conversas, trabalhos em grupo, utilização de peças publicitárias, placas, além das imagens, figuras, vídeos e filmes já sinalizadas, reiterando que o texto escrito e livros já fazem parte da rotina do aluno.



Não podemos ainda deixar de abordar a questão da formação docente que pode não ser adequada para ministrar aulas para assistir especificamente esse público podendo não ser condizente com as suas necessidades. Deste modo, faz-se necessário garantir aos professores a possibilidade de manter-se atualizado e garantir um tempo disponível para preparação da metodologia, definição dos métodos, planos de aulas, de estudo de forma que viabilize a sua atuação pedagógica.

Considerando o estudo realizado sobre a temática, foi possível inferir que é importante a capacitação para os educadores que atuam com o segmento da educação de Jovens de Adulto, uma vez que se trata de um público que precisa estudar como forma de inclusão no mercado de trabalho e com o sonho de ganhos melhores, podendo sair dos subempregos ou desemprego. Salientamos também que é indispensável à inclusão de aulas com atividades e metodologias diversificadas que permitam a participação, interação e a motivação dos alunos já que na sua grande maioria são trabalhadores que se deslocam para sala de aula após uma jornada de muitas horas de trabalho e chegam cansados, assim faz-se necessário que o docente esteja atendo e ofereça aulas capazes de garantir a permanência discente no ambiente escolar. Além disso, esse público está todo o tempo vivenciando muitas restrições econômicas, então a escola pode também ser conduzida na perspectiva de ter outros objetivos como mudança de emprego, reajustes no salário e até autoestima.

Ao nos debruçarmos sobre esse assunto passamos a ter um olhar mais propositivo para buscar fazer a diferença na sala de aula com um olhar de uma educação transformadora capaz de promover qualidade no exercício da função docente e capaz de promover condições para os discentes construírem múltiplos conhecimentos através das múltiplas formas de aprendizado.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de Jovens-adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org). Diálogos na educação de jovens e adultos. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 02 jul 2020

_____. Constituição Federal/88 disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 18 jul 2020

_____. 11.274/2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm. Acesso em 19 jul 2020

Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. Disponível em: [tp://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405](http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405). Acesso em 18 jul 2020.

Declaração Universal dos Direitos do Homem/48. Disponível em https://brasa.org.br/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/?gclid=Cj0KCQjwhZr1BRCLARIsALjRVQNa8epL_8am9b2FU1AKVGPchLezTrW0ZXYepY3mCG5elxn2HY91RVgaAouFEALw_wcB. Acesso em 30 jul 2020

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio Ribeiro da Costa. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. Anuário de Pesquisa GVPesquisa, [S.l.], nov. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/view/72796>>. Acesso em: 24 Jul. 2020.

FREIRE, Paulo. Educação como pratica da liberdade. Editora Paz e Terra. RJ, 1986

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006

Griffante Adriana I; Liane Angélica Bertotti; Lisandra Pacheco da Silva; XIII Seminário “Escola e Pesquisa: um erro possível” Polo RS. Parte I. 2013

Lei de Diretrizes Básicas da Educação/96. Disponível em <https://www.cpt.com.br/ldb/lei-de->



diretrizes-e-bases-da-educacao-completa-interativa-e-atualizada?gclid=Cj0KCQjwhZr1BRCLARIsALjRVQMuemBH-u_XAqYyEIBjQyTWcgrUTaBGXKA v6XjBWb5sxp a5i_1y61YaAsw_EALw_wcB. Acesso 03 ago 2020

Lei nº 11.274/2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm. Acesso em 05 ago 2020

MARCONI, M. & LAKATOS, A. E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

KNOWLES, Malcolm S. A prática moderna da educação de adultos: andragogia versus pedagogia. Nova York: Association Press, 1970.

Os desafios da EJA e sua relação com a evasão, disponível em: https://upplay.com.br/restrito/nepso2013/uploads/Projetos_EJA/Trabalho/08_03_25. acesso em 20 de ago 2020

O papel dos professores da EJA: perspectivas e desafios. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/eniduepb/trabalhos/TRABALHO_EV043_MD1_SA13_ID1700_30072015131818.pdf. Acesso em 20 ago 2020.

Silva Simone P, Adriana M. Queiroz e Vitoria B.Monteiro. O papel dos professores da EJA: perspectivas e desafios. Encontro de Iniciação a Docência da UEPB.2013

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

Yin, R. K. Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos (2 ed.). Porto Alegre: Bookman. 1994